

ATA Nº 001/2022

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e dois, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, em atendimento ao item seis do memorando nº. 005/2020 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual regulamenta o Decreto Governamental nº. 4942/2020, acerca da prevenção à disseminação da COVID-19, os conselheiros reúnem-se via aplicativo google Meet para a primeira reunião ordinária de trabalho do biênio 2021/2022. O Sr. Presidente dá início a reunião dando boas vindas a todos e todas na primeira reunião ordinária do ano de 2022, cumprimenta a Conselheira Helena por ter assumido a presidência do COMAD em Maringá e justifica a ausência de alguns conselheiros/as. O Presidente passa para o **primeiro** ponto de pauta aprovação da ata da Reunião Ordinária de Dezembro/2021 e faz novamente a colocação sobre a questão das faltas conforme discutido em dezembro de 2021, que deverá ser justificadas com apresentação de comprovação e/ou deverá ter a participação do suplente, a partir deste mês. A Conselheira Maria Lucia faz menção aos atrasos, que isto precisa acabar pois prejudica o quórum para o início da reunião. O Presidente põe em votação a aprovação da ata da Reunião Ordinária de dezembro/2021, perguntando se alguém tem algum questionamento a fazer, não havendo nenhum a ata foi aprovada por unanimidade. O Presidente informa que passará para o **segundo** item da pauta, PL limitando o horário e o take-away sobre o álcool, com participação de Valéria Prochmann, presidente do CONSEG Centro Cívico de Curitiba e do Capitão Goulart Comandante da Ação Integrada de Fiscalização Urbana - AIFU; O Presidente informa que o Capitão Goulart apresentou na ALEP um projeto de Lei sobre limitação de horário para venda de bebidas, take-away e deixa dez minutos disponíveis para a apresentação do projeto. O Capitão Goulart no uso da palavra coloca que esta proposta está sendo amadurecida os termos exatos, mas acredita ser necessária uma lei municipal para a regulação da venda de bebidas alcoólicas nas vias públicas, nas ruas, estradas, nas calçadas, pois tem acompanhado uma série de problemas em relação a este consumo desordenado. Informa que já temos experiências em várias cidades do Paraná como Londrina, Maringá, Cascavel, Guarapuava, Ponta Grossa, ou seja várias cidades que existem restrições nas vias públicas, com leis que tratam da proibição ou estabelecem um horário, e que a partir de determinado horário passa a ser proibido o consumo, temos muitos pontos na cidade que acabam propiciando esta concentração de pessoas e temos estabelecimentos que se beneficiam desta lacuna e eles passam a funcionar como bares sem ter estrutura para isto e comercializam a bebida na grade, sem condições nenhuma, como espaço físico inadequado, falta de mesas, de banheiros, higiene precária e aí estes consumidores acabam utilizando os produtos nas calçadas, nas ruas e isto acaba gerando uma série de ilícitos como perturbação do sossego generalizada, e isto tem sido muito grave em vários pontos da cidade, a questão da segurança, exploração de menores, problema com o trânsito, questão da sujeira, causando um crime

X ambiental, por isto precisa de uma norma municipal clara e objetiva e que impeça este tipo de funcionamento irregular. Coloca que tem acompanhado esta discussão de perto e já tiveram uma reunião na Câmara Municipal, uma prévia da Audiência Pública que ocorrerá no dia 17 de fevereiro, com representantes de vários segmentos. Desta forma estão formatando uma proposta que aos poucos vai ganhando os seus termos, já existe uma base, uma referência, mas a maneira exata do que está sendo proposta para Curitiba está ainda em discussão. Encerra a fala deixando aberta para perguntas e considerações mais específicas. No uso da palavra a Sr^a Valéria solicita ao Capitão para falar da proposta de Lei Estadual que a polícia militar do Paraná terá poderes de polícia administrativa para a aplicação de multas em caso de infração tanto da lei de contravenção penal, como da perturbação do sossego, como sobre a nova lei municipal que está sendo desenhada. O Capitão com a palavra informa que além desta proposta da restrição do consumo da bebida alcoólica nos espaços públicos para evitar uma série de delitos penais e administrativos, eles tem também uma proposta para que na Assembleia Legislativa seja aprovada uma lei que permita a polícia dar multa no caso das perturbações do sossego, mas aí seriam perturbações provocadas por danos menos graves, apontando que as perturbações é um dos maiores problemas de segurança pública hoje, ela é a principal causa de acionamento da polícia militar hoje. Coloca que em alguns dias e horários os números de solicitações por esta questão representam em média de setenta por cento durante a semana toda, dependendo do horário fica em torno de quarenta por cento das solicitações, reforçando que a perturbação do sossego é um grande problema e que gera sofrimento para a população. Desta forma entendem que se as pessoas estão buscando ajuda da polícia, então porque não buscar respostas por outros caminhos mais eficazes, mas para isto precisa da intervenção do Estado, que está sendo muito tímida, insipiente e hoje a opção que eles tem é o encaminhamento para a elaboração do termo circunstanciado, então entendem que seja necessário uma lei que permita a aplicação de multas, onde a perturbação do sossego deva ser tratada na esfera administrativa, caso constatem o problema a multa será lavrada, como acontece por exemplo com as multas de trânsito que é na esfera administrativa e são obedecidas pela maioria da população e que oferece condições de fiscalização. Termina a fala solicitando o apoio para a aprovação destas leis. Neste momento a Sr Valéria assume a palavra e informa que já encaminhou por e-mail ao Presidente a documentação protocolar contendo estas duas proposições de projeto, no que o Presidente solicita a mesma que encaminhe ao CONESD. O Conselheiro Guilherme parabeniza os expositores pela contribuição para a criação destas leis tanto a nível estadual como municipal. O Conselheiro Marcos Bessa também parabenizam os expositores pela iniciativa, pela proposta de legislação, mas coloca que sempre fica com preocupação pois nós já temos uma lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas e tabaco para menores e o que precisamos é de medidas mais efetivas para a fiscalização das leis, pois senão teremos mais uma lei que não terá ação concreta e sem resultado. O Conselheiro Fábio no uso da palavra coloca que temos um problema e que todo mundo

X está preocupado com este problema, mas o que temos é que trabalhar com a ideia de educação das pessoas, pois não acredita que só a proibição irá funcionar, acredita que a proibição irá pulverizar o problema e as pessoas sempre arrumam outras formas de burlar a legislação, por isto acredita no trabalho de educação das pessoas para se relacionarem com o uso de substâncias, então temos que pensar em outras perspectivas também. O Presidente neste momento assume a palavra e coloca que irá fazer algumas indagações, perguntando ao Capitão Goulart se há um projeto de lei estadual e também se há um projeto de lei municipal e também quanto a audiência pública, se é municipal ou estadual e quando e onde acontecerá? E também pergunta se em Curitiba existe estudos da Polícia Militar sobre quais as regiões de maior incidência da perturbação do sossego. O Capitão Goulart assume a palavra e informa que no âmbito do Estado existe um ante projeto de lei elaborado pela Secretaria de Segurança e que já chegou na Casa Civil, no âmbito do município está sendo formatado um projeto de lei. E quanto ao estudo coloca que a polícia tem os registros dos locais com maior incidência, que são alguns pontos da cidade já conhecidos e que todos estes pontos estão relacionados com locais de vendas de bebidas, que são locais inapropriados com consumo nas calçadas, inexistência de banheiros, sem segurança, sem controle de acesso, onde não se sabe a faixa etária das pessoas, este é o maior problema, por isto precisa se pensar em outras formas de fiscalização. Neste momento a Sr^a Valéria pede a palavra e informa que o tema da Audiência Pública municipal será o consumo de bebidas alcoólicas nas vias públicas, que um conjunto de vereadores tem se reunido com o grupo de Curitiba contra a perturbação do sossego, juntamente com a Polícia Militar. Cita que o autor da lei é o Vereador Tico Kuzma, mas vários outros estão apoiando e que encaminhou ao Presidente, pelo watsApp, o convite para a Audiência Pública. O Conselheiro Guilherme pede a palavra e coloca que esta lei deve atingir todos que comercializam bebidas alcoólicas, desde distribuidores, bares, postos de gasolina. Coloca que participou da discussão do projeto de lei e que na época falavam das drogas como o álcool e acabou ficando a discussão somente nos espaços públicos, acredita que a lei precisa focar o usuário pessoa física na rua, o motorista de trânsito que está com uma garrafa do lado, que só por isto já teria uma multa, ressalta a questão da educação como o melhor caminho, mas infelizmente pela cultura do Brasil, a questão da multa na maioria das vezes se faz necessária. O Conselheiro Fábio no uso da palavra coloca a Sr^a Valéria e ao Conselheiro Guilherme que na verdade estão se debruçando sobre o mesmo problema, e que queremos solução para este problemas, mas aponta que o que está querendo dizer é que a lei pela lei tem os seus limites e cita o exemplo mencionado pela Sr^a Valéria sobre o programa do tabagismo, que foram três décadas de campanha, de publicidade, que houve um empenho do governo e que hoje as pessoas veem os usuários de tabaco culturalmente de forma diferente de trinta anos atrás. Então sim, legislação, multa, pegar no bolso o mesmo entende isto, mas a gente não para pensar no que fazer com as pessoas que vão continuar bebendo, a nossa perspectiva é sempre numa punição, é sempre numa restrição e aí a educação é evidentemente o principal caminho, mas leva tempo, não é fácil e exclusivamente a lei pela lei só chamará a

X atenção que precisamos olhar para outros âmbitos. A Sr^a Valéria pede a palavra e agradece sobre as observações que foram feitas e sobre as campanhas publicitárias da lei antifumo, de fato houve um envolvimento dos Estados, municípios nestas campanhas, faz menção ao exemplo de Nova York e a discussão mundial, houve muita mídia envolvida e agradece a atenção de todos e todas pela oportunidade e lembra que este tema é uma questão multidisciplinar envolvendo muitos fatores como saúde, segurança e em muitos países sabe-se que existe uma regulação quanto aos horários e locais de consumo e também levando em conta a questão do trabalho educacional além da atuação fiscalizatória. Encerra a fala reforçando o convite para a Audiência Pública. O Conselheiro Major Costa assume a palavra e destaca a questão da segurança pública em relação ao consumo de bebida alcoólica em vias públicas e todos os problemas causados, corroborando com o Sr Fábio com relação a educação e formação interna é muito difícil conseguir mudar uma pessoa que já é usuária, que já tem uma condição de provocar transtornos, de provocar complicações, mas como podemos fazer isto na tenra idade com as crianças, e a PM faz a repressão, faz a prevenção com estes projetos com toda a atuação dela, citando o PROERD para as crianças, que é uma ação a longo prazo mas a gente começa hoje, plantando a semente para quando ela chegar na idade adulta ela tenha a consciência e mesmo que venha a utilizar a bebida não cause estes transtornos e principalmente que não faça uso nem das drogas lícitas e nem das drogas ilícitas, então ao longo prazo tentam com os jovens com a aplicação do PROERD fazer esta prevenção. O Conselheiro Renato assume a palavra e destaca que o que chamou a atenção na documentação encaminhada foi a quantidade de ocorrências que eles atendem, em torno de setenta por cento que se referem a perturbação do sossego. E acredita com o passar do tempo que esta proibição dos take-away e também de você fazer o uso da bebida em vias públicas e querendo ou não foi uma coisa meio que forçada que a gente vivenciou nestes últimos dois anos e estamos vivenciando por força do decreto municipal, destaca que isto soa de forma interessante para falar a verdade e que é bem propenso a dizer que é uma forma bem interessante da gente enfrentar a situação, diz que entende a parte da educação sim que é importante conforme o Conselheiro Fábio falou mas isto leva muito tempo e a nossa estrutura é resistente a seguir regras, nós somos uma população que fala muito em direitos mas ninguém quer ter dever nenhum, então é bem favorável a estas propostas. E com relação a parte administrativa também temos que parar de achar que o direito penal vai resolver tudo, as vezes uma atuação administrativa seja ela por força de uma multa, ela é muito mais eficaz do que se fazer todo um procedimento criminal, marcar audiência, levar para a delegacia, então vamos acompanhar aí os próximos passos, obviamente com o acompanhamento da SESP vamos apoiar sim estas ações. O Presidente no uso da palavra aponta que pensa que o CONESD deva dar apoio para o Capitão Goulart e para a Sr^a Valéria neste projeto de lei e solicita que este projeto de lei seja enviado e também da participação dos Conselheiros/as, que acredita que deva participar os/as Conselheiros/as da comissão de prevenção, e também da comissão de redução de danos sociais e a saúde e da redução da oferta, então são três comissões que estarão acompanhando este assunto

X e trarão pontos para complementar este projeto. O Presidente fala que este encaminhamento está partindo dele, mas que coloca em apreciação do Conselho para deliberação e votação de todos e todas. A Conselheira Rita pede a palavra e solicita que o Presidente coloque esta matéria para as três comissões citadas, acha importante ter um integrante de cada comissão, uma participação homogênea de todas as comissões e complementa com um dado que o foco trazido em relação a questão do álcool, mas traz uma informação do sistema penitenciário de que estas grandes concentrações traz como pano de fundo um grande número do tráfico de drogas, então na verdade é uma intervenção de dois problemas seríssimos que foram trazidos. O Presidente pergunta se há um consenso dos Conselheiros/as em apoiar este projeto, no que todos e todas foram favoráveis por unanimidade em dar este apoio. Continuando, acata a sugestão da Conselheira Rita, mas sugere a criação de uma comissão mista com representante de pelo menos um membro de cada comissão e que seja indicado pelos coordenadores de cada comissão para na sequência nos trazerem propostas para serem implementadas neste projeto de lei estadual, sendo aprovada por todos/as por unanimidade. O Presidente passa para o **terceiro** ponto da pauta sobre CTs e o modelo de serviço, destacando que o Conselheiro Fábio colocou um post sobre uma manifestação em relação ao modelo de serviço das CTs, mas acredita ser um ponto importante e que requer um tempo maior de discussão, desta forma sugere realizarmos uma reunião extraordinária no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois para debatermos especificamente sobre este modelo de serviço e pensa em convidar membros das duas federações do Paraná e representante nacional para o debate. O Conselheiro Fábio coloca que acha excelente e que pode fazer a convocação que estará presente. O Conselheiro Guilherme coloca que o MP fará uma reunião para debater sobre os acompanhamentos d/as CTs, os modelos de acolhimentos, internações irregulares, as modalidades de organização que muitas vezes não são clínicas e nem comunidades, destacando estas entidades amorfas que fazem acolhimentos, pretendem discutir sobre a importância da fiscalização destas entidades. O Presidente põe em votação sobre a reunião extraordinária, sendo aprovada por todos/as no horário das 9h30min às 11h30min. A Conselheira Maria Lucia informa que no dia vinte e três terá a conferência regional de saúde mental e acredita que muitas pessoas não conseguirão participar. A Conselheira Aline da SESA informa que durante este mês de fevereiro irá participar das conferências e a Conselheira Maristela está em férias. O Presidente dá seguimento ao **quarto** ponto da pauta, Projeto de prevenção às drogas para ser apresentado para o Governo do Estado e Secretaria de Educação para escolas estaduais, apresentação pela Conselheira Simone Carinha Baroni. O Presidente esclarece sobre este projeto, que no ano passado recebeu um convite para participar de um curso de prevenção da OEA junto com o Freemind direcionado para as escolas e que abriu mão da participação, indicando a Conselheira Simone, e que teve mais uma vaga ofertada e que por sinal foi muito bem aproveitado pela Conselheira. Informou ainda que o curso iniciou com a participação de trinta e duas pessoas e finalizou com vinte e duas ou vinte e quatro. Dentre as conversas com a Conselheira, apontaram a necessidade de um modelo de projeto de prevenção às drogas

X para o Estado do Paraná, que venha a fazer parte do currículo escolar e a Conselheira Simone tem todo o conhecimento dentro da Secretaria para contribuir com esta viabilização. A Conselheira Simone inicia a apresentação relatando sobre o curso de prevenção às drogas nas escolas, com participação de pessoas do Brasil todo. Este curso foi dividido em grupos e de Curitiba estiveram presentes a Letícia do MP que é Assessora do Dr Renato no projeto Semear, a Dr^a Cristina Ruaro, a Sr^a Diana que foi presidente do CONESD. A Conselheira relata que ela juntamente com o Conselheiro Luis Carlos ficaram num grupo com duas pessoas do Estado de São Paulo, uma de Salto e outra de Campinas. A princípio o projeto seria desenvolvido em Salto, mas não se efetivou, e considera ser muito mais possível de ser desenvolvido no Paraná. Coloca que é um projeto piloto, que pretendem desenvolver numa escola, será apresentado pensando, buscando a ajuda do CONESD, pois acredita que ela e o Conselheiro Luis Carlos não conseguirão desenvolver sem a ajuda do CONESD. A escola estadual irá oferecer o espaço e os alunos para participarem, porém recursos financeiros, mobilização da sociedade “é com a gente”, pois terão gastos pelo que verificaram. A apresentação tem como objetivo a contribuição, apoio, sugestões de modificações dos/das Conselheiros/as, principalmente de quem já trabalha com prevenção, a metodologia também pode ser modificada. A Conselheira continua dizendo que neste curso internacional não foi apresentado muito conteúdo sobre drogas, mas sim a forma de se fazer a prevenção e a forma de se fazer o projeto, então foi mais metodologia do que conteúdo sobre drogas. Achou interessante pois foi muito frisado a metodologia aprovada com base científica, não são projetos mirabolantes mas sim com certificação científica, validação. No Brasil tem três projetos com validação, que é o projeto #tamojunto, para adolescentes de doze a dezessete anos, o projeto famílias fortes, desenvolvido pela Assistência Social, que é um projeto que trabalha com famílias, são vários encontros com as famílias para desenvolver a prevenção; um outro projeto é para crianças do ensino fundamental 1, a Conselheira não soube referir o nome do projeto no Brasil, mas disse que é desenvolvido pela prefeitura municipal de Curitiba, mas também por outras prefeituras, já reconhecido, com validação inclusive das Universidades. Informa que a capacitação foi ministrada pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, o TRIP da Eslovênia. O projeto para desenvolver prevenção nas escolas, o #tamojunto foi muito criticado porque não foi muito bem aplicado e deu reação atrogênica nos estudantes numa pesquisa realizada em São Paulo. Ele foi reavaliado e aprimorado novas formas de metodologias para formação de professores e hoje o #tamojunto está adaptado para a realidade, porém para ser aplicado nas escolas precisa de uma formação bem específica, bem consistente para os professores. O projeto #tamojunto são doze aulas semanais nas escolas, sendo uma aula por semana com duração de três meses, com foco principal na prevenção ao uso de álcool e outras drogas mas para atingir isto ele trabalha no desenvolvimento de habilidades, da percepção, tomada de decisões, liderança, protagonismo juvenil, então vem dentro do que já se vem conversando, é um projeto muito bom, mas precisa ser aplicado as doze aulas na sequência conforme cronograma. Então não basta aplicar o projeto nas salas de aula para os estudantes e pronto

X acabou e deixar para a escola fazer a prevenção, isto não dá certo, isto não basta. A Conselheira coloca que o que se planejou é fazer um projeto que abranja a comunidade escolar e a sociedade civil, envolvendo os pais destes estudantes, o entorno desta escola e também a participação da sociedade civil neste projeto gigante. Então precisamos selecionar uma escola, precisamos de parceiros para a formação desta comunidade escolar e os parceiros do CONESD mesmo, como a saúde, segurança pública, assistência social, Ministério Público, estes são os parceiros para a formação da comunidade escolar e precisa também formar os professores que aplicarão o projeto na sua sala de aula é nós precisamos de recursos para reproduzir este material. No Paraná existem alguns municípios que vão desenvolver somente o #tamojunto nas escolas e que já veio recursos do FIA/CEDCA para reproduzir este projeto, mas fazem uns três anos que está ocorrendo problema com a reprodução do material, mas os recursos já foram para alguns municípios que aderiram aos projetos. Reforça a importância do apoio do CONESD por meio das diferentes políticas para a formação de um comitê que vai gerenciar toda esta aplicação, então não basta apresentar o projeto para o governo do Estado agora, temos que apresentar somente quando ele for validado para mostrar como funciona. Precisamos formar agora este comitê para conseguir desenvolver este projeto e junto com isto precisamos da avaliação desde o início do projeto até o final, e esta avaliação precisa ser via Universidades ao algum Instituto de avaliação específico, não é só fazer uma fichinha no google drive e distribuir para avaliação no final, precisa fazer um levantamento sócio econômico, de saúde, nesta comunidade com estes estudantes, depois ir fazendo todo o trabalho com a escola, a comunidade e ir avaliando. Então não é uma coisa pontual e sim extensa mas que se pretende contar com a participação de todos/as, principalmente da comissão de prevenção. Pergunta aos membros se tem alguma dúvida, no que o Presidente toma a palavra e sugere colocar o projeto no grupo dos watsApp para que todos/as tomem conhecimento e deixamos para deliberar na próxima reunião o interesse das pessoas em participar deste comitê e já trazer alguns pontos em relação a este projeto, como por exemplo o nome de uma escola. Coloca que o Conselheiro Weber será muito importante para este comitê pois é uma área específica dele. Reforça que na próxima reunião de março, nós tomamos mais corpo com este projeto, ficando sob a coordenação da Conselheira Simone. A Conselheira coloca que nós temos que apresentar a proposta para a Secretaria de Educação enquanto CONESD, porque não tem como apresentar de secretaria para secretaria e também pedir autorização para desenvolver numa escola estadual. O Presidente solicita uma parte para apresentar dois convites que vieram direcionadas ao CONESD antes de passar para o próximo ponto da pauta, informando que o CONESD foi convidado para participar do sétimo congresso internacional do Freemind que será realizado de quinze a dezoito de junho de dois mil e vinte e dois, cujo tema é proteger nossos jovens das drogas é nosso maior compromisso com o futuro, será na Expo D. Pedro. Então eles fizeram o convite e solicitaram oficialmente a participação do CONESD, o apoio institucional e promocional ao sétimo congresso e autorização para utilizar a logomarca do CONESD, disponibilizam dez inscrições gratuitas e desconto

X de cinquenta por cento nas inscrições para os membros do CONESD, acredita que nós seremos o único Conselho a ter este tipo de participação e que a ideia do que faríamos neste dia dezoito, se será palestra, que possamos fazer uma requisição para o governo do Estado, para a SESP e tendo mais participação acredita que seja mais fácil conseguir algum patrocínio. O Presidente continuando, apresenta como sugestão para o dia dezoito de apresentarmos os resultados da Conferência Estadual, pois acredita que não haverá outras conferências estaduais este ano, coloca que é uma ideia, mas gostaria de saber se tem aprovação do Conselho. O Conselheiro Guilherme coloca que acha excelente, já o Conselheiro Fábio diz que não acha excelente, pois na sua opinião é uma instituição de natureza privada, acha até que não fica bem para o Conselho de política pública de controle e participação social, não deve oferecer, ainda mais trocar de forma tão explícita o apoio por inscrições, no que o Presidente coloca que não é só trocar por inscrições, que teremos um espaço aberto de duas horas para debates, que nós iremos dar apoio e não é um patrocínio, uma parceria e confessa que não tinha pensado neste aspecto por ser uma entidade privada, mas o instituto tem o apoio da UNODOC e OEA, então acredita que a gente tem que ver se vale a pena. O Conselheiro Fábio coloca ao Conselheiro Guilherme que até acha que devemos estar presentes, que é do âmbito da nossa alçada a participação, mas não acha de bom tom e não sabe o que o MP acharia. O Conselheiro Guilherme coloca que apesar de ser uma entidade privada, não tem interesses econômicos explícitos, que esta entidade acaba sendo um braço de prevenção da ONU na questão das drogas, inclusive com a produção de muito material da área, por isto acha que é uma instituição que oferece cursos, tem uma relação com a SENAPRED e acha que apesar de não ser uma entidade estatal, ela acaba sendo uma entidade que trabalha a prevenção. O Conselheiro Renato coloca que vai na mesma linha do Conselheiro Guilherme, em função do Freemind ser uma grande referência nacional, no que diz respeito não só a parte de prevenção às drogas, como também na oferta de cursos, é uma instituição que sempre fomenta o debate e acha que a parte do controle social é importante sim, que este Conselho tem que fazer mas na sua opinião uma coisa não impede a outra e o seu voto é favorável a este apoio. O Presidente pergunta novamente se vamos participar, se vamos dar este apoio, quem irá participar, e que isto depois a gente vê, como também o tema que iremos discutir se será em relação a Conferência Estadual ou outro tema, que teremos um tempo para decidir. A votação agora será se apoiamos, se entramos com este apoio como Conselho Estadual ou não. O Presidente solicita o voto dos não favoráveis e o Conselheiro Fábio pede a palavra e diz que quer fazer a declaração do voto e a declaração é de que o CONESD deve se aproximar destes institutos e de qualquer evento de natureza sobre drogas mas não deve oferecer apoio institucional a entidade privada, pois participar é uma coisa, agora oferecer apoio de natureza institucional não deveria ser o objeto deste Conselho. O Presidente pergunta se as outras pessoas apoiam e coloca que com exceção do voto do Conselheiro Fábio, o CONESD vai dar o apoio e que a Conselheira Helena irá enviar o material para todos e todas e posteriormente dará outros encaminhamentos. O Conselheira Helena pede a palavra e refere que a gente nem leu este material e pergunta se não

✗ poderíamos deixar para ser discutido na próxima reunião ordinária, principalmente por não ter sido encaminhado para todos/as, no que o Presidente coloca vários pontos sobre o congresso e considera ser muito interessante o CONESD dar este apoio. Neste momento a Conselheira Helena representante do CRESS e a Conselheira Aline representante da SESA registraram no chat que se abstém do voto de apoio do CONESD ao Congresso Freemind. O Presidente continuando diz que a discussão não acabou aqui, que hoje foi discutido apenas a questão do apoio do CONESD a este evento e já que está tocando neste assunto, o Presidente passa a falar sobre a capacitação para os Conselheiros/as que já está quase toda elaborada, e que o coordenador Marcelo Chimate pretende fazer semi presencial e somente final de fevereiro que vão abrir para as inscrições em função da questão sanitária e que no momento a UFPR não está realizando nada semi presencial ou presencial. Passando para o **quinto** ponto da pauta trata da Conferência Estadual/Regulamento da Conferência. O Presidente coloca que o esboço do Regimento da Conferência foi encaminhado anteriormente para todos/as e que precisamos discuti-lo para aprovação e para a publicação no Diário Oficial para darmos seguimento ao andamento da Conferência. Destaca que o Regimento foi elaborado a seis mãos e que este é o momento de sanarmos dúvidas, corrigirmos, melhorarmos, e que precisa ser aprovado hoje em função do tempo para os trâmites burocráticos. Pergunta aos Conselheiros/as se gostariam de discutir a proposta, tirar dúvidas, que vamos conversando sobre isto e deixa a palavra em aberto. O Conselheiro Guilherme pede a palavra e comenta sobre a data da Conferência, que considera um tempo meio curto e pergunta se não seria interessante deixar para o final do ano. O Presidente esclarece que nós não temos uma normativa da instância federal para nortear a Conferência, como tem nas outras políticas, saúde, Assistência Social por exemplo. Que temos que construir um modelo que seja mais viável possível principalmente em relação a representação, conforme proposta apresentada no Regimento. A Conselheira Maria Cristina toma a palavra e coloca que não foi possível receber o Presidente e Vice Presidente na visita a FIESP para verificar o local que se pretende realizar a Conferência, mas que a Conselheira Aline Calefi fez as honras da casa. Destaca que a FIEP tem um procedimento que para qualquer tipo de parceria, cessão de espaço, tem um comitê que analisa e que já está nas mãos deste comitê e acredita que na próxima semana já se tenha uma resposta. O Presidente fala que dentro da estrutura da Conferência, colocamos como sugestão um painel Roda de Conversa na abertura e gostaria de sugerir três nomes de pessoas que já passaram por este Conselho, que um deles seria a Prof^a Araci, mas que precisamos decidir se realmente será Roda de Conversa ou apenas uma palestra e quem sabe fazermos também uma palestra de encerramento. A Conselheira Helena pede a palavra e refere que em primeiro lugar precisamos ver a questão do Regimento e que a questão dos nomes podemos pensar no decorrer do mês e no próximo mês de março deliberamos sobre isto, senão saímos do foco da discussão. A Conselheira pergunta se todos leram a proposta do Regimento, alguém tem algum ponto de destaque? E que na sua opinião este Regimento teria que ser colocado na tela e sendo feita a leitura de cada tópico e caso haja discordância já vai fazendo as correções, pois temos que

X ouvir a opinião de todos/as, principalmente por ser a primeira Conferência Estadual e não termos uma referência para seguir. Continuando, aponta que o Regimento é uma coisa muito séria, que é o instrumento que vai nortear a Conferência e não podemos correr o risco de deixarmos algum ponto com qualquer tipo de dúvida. O Conselheiro Fábio pede a palavra e faz vários apontamentos sobre o regulamento/regimento, que entende conferência como participação e o controle máximo e que dentre os objetivos é traçar diretrizes que deverão ser cumpridas pelo Executivo em termos de políticas públicas. Como é uma conferência Estadual, nós temos que estadualizar realmente a “coisa”, que a princípio pensa desta forma. Em relação ao tema que foi colocado no regulamento/regimento traz como tema o Plano Estadual e toda a Conferência está voltada ao Plano, e que no geral ele vê as conferências como o momento para atualização da temática e que o Plano Estadual é de 2015. Questiona se o tema será este? E que entende que a Comissão se organizou e esboçou um tema para vir para a discussão e que não aprovaria este tema neste momento. O segundo ponto que chamou a atenção é em relação a Comissão Organizadora, que deveria ser tirada na plenária, pois da forma como está constando, se alguma pessoa tem interesse em participar da comissão já encontra dificuldades, então considera que teria que ser o contrário, primeiro tirarmos a comissão da plenária para discussões, propostas de encaminhamentos para ser trazida para aprovação da plenária. O Conselheiro faz questionamentos em relação a participação e representação, que no capítulo quatro do Regimento descreve, Art. 9. A participação como observador na 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas será Livre, considera que está de acordo. Art. 10. A representação com direito a voz e voto nas plenárias e nos 5 (cinco) eixos temáticos, tendo em vista que não há uma diretiva Nacional, observará o seguinte critério adotado por este regimento: I - cinco representantes indicados pelos Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas dos Municípios onde exista e esteja atuante o respectivo Conselho; II - um representante de cada município dos 399 existentes no estado do Paraná e que atue na área da Saúde, Segurança, Assistência Social ou qualquer área correlata ao tema do fenômeno das drogas, indicado pela respectiva prefeitura, neste ponto considera complicado pois já terá a participação de quase quatrocentas pessoas enquanto representantes de cada município. III - um representante das Secretarias Estaduais, do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e Ordem dos Advogados do Brasil -PR, indicados pelas entidades que representam, coloca que não está claro; IV - um representante de Organizações Não Governamentais (ONG's), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) entidades religiosas, entidades que representam usuários de substâncias e de pessoas em situação de vulnerabilidade, Federações Estaduais, Conselhos de Classes Estaduais, grupos de mútuo-ajuda, com abrangência estadual e que atuem na área da prevenção, cuidado, redução da oferta, recuperação, pesquisa e reinserção social. Coloca que não ficou claro sobre estas representações, se será um para cada entidade destas citadas ou se será um para o inciso todo. Em relação aos eixos, são os eixos do nosso Conselho, mas também não passou pelos/as Conselheiros/as esta proposta com esses eixos. Finaliza dizendo que estes são os pontos que considera importante para um debate

inicial e por outro lado pensa que primeiro temos que tirar o tema, depois a comissão e na sequência trazer para o pleno. O Presidente agradece as contribuições do Conselheiro Fábio e acena que realmente vários pontos precisam ser adequados, que este é o momento. Faz menção ao Plano Estadual, que é de 2010 e que o Plano de 2015 nem foi aprovado e que a ideia é a aprovação do último Plano que foi elaborado há dois ou três anos, que já foi debatido e hoje está na SESA para aprovação, podemos discutir este Plano, sobre a sua eficácia, eficiência e em cinco anos faz a atualização novamente. Esclarece que em relação aos eixos já ficaram deliberados na última reunião do pleno, que seriam os eixos que constam no regimento interno. O Conselheiro Renato no uso da palavra menciona que acha bom já sanarmos estas dúvidas expostas pelo Conselheiro Fábio, que a Diretoria, assim como a SESP estão dando total apoio para a realização da Conferência, mas que precisa estar tudo dentro dos conforme, caso contrário a SESP não vai apoiar. Coloca que concorda com a fala da Conselheira Helena, pois a partir do momento que o Regimento for aprovado o próximo passo é a publicação no diário oficial e a partir daí não adianta na próxima reunião as pessoas falarem de pontos que ficaram errado, por isto é de suma importância este ponto que estamos discutindo neste momento e com a manifestação de todos/as, porque a ideia é que sejam feitos todos os questionamentos para que a gente possa organizar, porque depois de publicado terá que ser cumprido. Agora é o momento de fazermos as alterações, continua mencionando sobre a comissão organizadora, que em função das decisões terem que ser tomadas de forma rápida por isto que foi colocado a Diretoria Executiva do CONESD e a FIEP pelo fato de estarmos propondo de realizar a Conferência lá e que não podemos esperar março para discutirmos, temos que já sair com definições e se realmente quisermos realizar a Conferência em junho temos que ter uma celeridade maior. Reforça a importância da manifestação de cada entidade para a aprovação deste regimento. O Conselheiro Major Costa assume a palavra e coloca que tem dois apontamentos a fazer, sendo o primeiro relacionado ao capítulo II dos objetivos, o artigo 5, no inciso 13 - Garantir a transversalidade do debate sobre o combate e desconstrução das opressões de gênero, classe, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, em situação de rua, em cumprimento de pena ou de medidas sócio-educativas, coloca que não entendeu muito bem o sentido da inclusão deste item na Conferência, numa situação direcionada as drogas, não vê muita relação às drogas este tipo de discussão com relação com o nosso objeto. Continuando refere ao artigo 16 - O Governo arcará com 1 (uma) diária de hospedagem, salvo moradores em Curitiba e região metropolitana e também de um almoço no dia 02/06/2022 no local do evento. Pergunta se será custeado para todos os representantes dos municípios do interior. Finaliza dizendo que da sua parte são estes dois questionamentos. O Conselheiro Renato pede a palavra e responde a parte da hospedagem, que a ideia é sim e o almoço será custeado pela SESP no local do evento para todos os participantes e uma hospedagem também, mas obviamente por motivo de organização será dada uma data final para inscrição, por exemplo até início de maio e as pessoas que não se inscreverem não terão direito a hospedagem e nem almoço, pois a questão de verba pública a gente precisa assegurar

o recurso, então se a pessoa quiser participar, terá que fazer a inscrição até determinada data, senão não tem como se organizar. A Conselheira Maria Lucia inicia a fala dizendo que em primeiro lugar concorda com o Conselheiro Fábio em partes, e em segundo lugar questiona onde está o Plano Estadual sobre drogas, pergunta ao Presidente, que informa que está na SESA, no que o Conselheiro Renato pede uma parte e diz que a representante da SESA está presente na reunião e pode responder este questionamento e que o Plano está desde outubro do ano passado na SESA. Continuando, a Conselheira diz que regulamento/regimento tem que ser lido em plenária sim, que temos que fazer a leitura prévia em casa, mas para a aprovação dos/as Conselheiros/as tem que ser lido sim para a plenária e os questionamentos precisam ser respondidos na plenária. Coloca ainda que a aprovação do regimento geralmente ocorre em reunião extraordinária, quanto a comissão organizadora precisa ser tirada sim da plenária do Conselho porque não entra pessoas que não são Conselheiros/as na comissão organizadora, o ônus e o bônus da conferência quem responde são as entidades conselheiras e não pessoas que não são conselheiras. E também quanto aos convidados concorda que seja um representante de cada município, mas qual o critério? A pessoa irá se inscrever como delegado/a e que será mais de quatrocentos votos. Em relação aos convidados/as, nós vamos ter mais convidados do que delegados? E esses convidados não tem direito a voto e também precisa fixar prazos para a inscrição de convidados, por causa do local, pois se continuar a bandeira laranja em Curitiba teremos restrição para a participação de setenta por cento das pessoas. O Conselheiro Guilherme coloca que já foi esclarecido a questão do prazo e concorda com a Conselheira Maria Lucia sobre a discussão e aprovação de todos os pontos na plenária, inclusive a questão do tema. A Conselheira Aline da SESA faz esclarecimentos sobre o andamento do Plano Estadual, que a equipe técnica de saúde mental da SESA fizeram avaliação e algumas alterações e encaminharam para outros setores e no momento foi encaminhado para a chefia para avaliação e que estão aguardando retorno para posteriormente encaminharem para o Gabinete do Secretário. O Conselheiro Edson faz menção ao artigo dez da participação e representação, no inciso IV coloca um representante de organizações não governamentais, da sociedade civil, aí tem a questão dos Conselhos de Classe, pergunta se os Conselhos de Classe não mereciam estar num outro inciso, pois tem Conselhos de Classes que são bem participativos e acabam não tendo um representante das Organizações Sociais. O Segundo ponto de destaque está relacionado ao artigo oitavo da comissão organizadora que será composta pelos seguintes membros, a Diretoria Executiva do CONESD, entende-se que seria toda a Diretoria Executiva, dois representantes da Fiep no CONESD e coordenadores e relatores das comissões permanentes do CONESD, apenas gostaria de saber se o texto está correto. O Conselheiro Renato pede a palavra e esclarece que a Diretoria Executiva é composta pelo Presidente, Vice Presidente e Secretaria Executiva e a Fiep por ser o local do evento, o mesmo diz que concordou plenamente com esta composição, principalmente em função da agilidade na tomada de decisões, mas por outro lado todas as decisões finais elas serão levadas para a

X aprovação do Pleno. A Conselheira Maria Lucia pede a palavra e sugere ao Presidente que seja convocada uma reunião extraordinária com pauta única para a leitura e aprovação do Regimento, em função do adiantado da hora e com certeza não conseguiremos aprovar num espaço pequeno de tempo, o regulamento/regimento precisa ser lido item por item para alteração/aprovação por todas as entidades de Conselheiros/as. O Conselheiro Renato pede a palavra novamente para falar sobre o artigo oitavo que trata da comissão organizadora, conforme colocação do Conselheiro Edson, que fala da comissão organizadora e no mesmo artigo fala dos coordenadores e relatores das comissões permanentes e está errado, pois na verdade o inciso terceiro ele é comissão técnica, no que o Conselheiro Edson concorda. Desta forma a Comissão Organizadora seria o inciso I e II, já o inciso III que são os coordenadores e relatores das comissões permanentes se trata da Comissão Técnica do Regimento. A Conselheira Maria Lucia pede uma parte e questiona quem é da Comissão de Relatoria, porque a Comissão de Relatoria precisa estar nas salas para fazer as discussões, tirar as propostas, compilar as propostas para levar para a plenária final, e quem é desta comissão tem muito trabalho e responsabilidade. Fala também da Comissão de infraestrutura que tem um papel muito importante durante todo o processo da Conferência. O Presidente no uso da palavra faz menção ao artigo treze do Regimento, que para cada Plenária de Eixo Temático haverá 1 (um) Coordenador, 1 (um) secretário e membros de apoio indicados pela Comissão Organizadora. No parágrafo 5º deste artigo fala que, cada sala de plenária de eixo deverá ao final dos trabalhos, eleger um relator que ficará responsável por apresentar na plenária final as discussões que ocorreram nos eixos. A Conselheira Maria Lucia coloca que todo o grupo tem o coordenador, o relator e muitas vezes quase não dá conta e o questionamento é de quem fará a relatoria da plenária final. A Conselheira Helena esclarece sobre esta dinâmica da etapa final de compilação das propostas para serem aprovadas e sugere acrescentar um inciso específico para isto. A Conselheira Maria Lucia sugere o Dr Renato para a apresentação das propostas na plenária final, dizendo que precisa ser alguém de pulso firme e dinâmico e continua com a sugestão de reunião extraordinária para aprovação do regimento. O Presidente toma a palavra e sugere reunião extraordinária para o dia dezesseis de fevereiro de dois mil e vinte e dois para leitura e aprovação do Regimento da Conferência, no horário das 9h00 às 10h00 com pauta única. A Conselheira Helena pede licença para uma parte e concorda com a reunião extraordinária, mas solicita que cada Conselheiro/a que fizeram sugestões que encaminhem no próprio grupo do WhatsApp para irmos atualizando o regimento com destaque de cores diferentes para facilitar na reunião extraordinária. A Conselheira Maria Lucia sugere não fazermos a leitura do Regimento no plenário da Conferência, dizendo que tomará muito tempo e que cada participante já receberá antecipadamente, sendo dispensada a leitura. O Presidente volta ao ponto da participação sugerindo no artigo dez, inciso III a participação de um representante de Secretarias Estadual, um do Ministério Público, um da Defensoria, um do Tribunal e um da OAB, que fica mais claro assim e no inciso IV, um representante de cada organização governamental, sociedade civil, entidade religiosa, temos que fazer estes ajustes para sanar

X este ponto. A sugestão da Conselheira Maria Lucia é que seja convidada alguém da Casa Civil, porque outras secretarias já estão representadas no Conselho. O Conselheiro Fábio pede a palavra e fala novamente da definição do tema como sendo o primeiro ponto e no segundo momento a definição da comissão organizadora, pois a maneira como está o regimento fica restrita a participação das/os conselheiras/os. Outro ponto, que no geral as conferências são para atualização do debate e estamos falando de um Plano Estadual desatualizado, de um outro que nem foi aprovado e o mais recente que ainda está na SESA e que desconhecemos. Temos que discutir as mudanças nas políticas de álcool e outras drogas a partir de dois mil e dezenove, que o governo federal precisa ser convocado para este debate. Reforça a necessidade das alterações do inciso IV do artigo dez, pois não estão claros. A Conselheira Maria Lucia pede licença para sair da reunião pois surgirão imprevistos na sua casa. O Presidente toma a palavra e esclarece para o Conselheiro Fábio que o Plano atual de políticas sobre drogas foi discutido sim neste Conselho com início em dois mil e dezenove, no que o Conselheiro Fábio solicita as atas para confirmar, pois diz que não se recorda deste debate no Conselho. A Conselheira Helena menciona sobre as reuniões extraordinárias, que terá uma na próxima semana e a outra no dia vinte e três de fevereiro, considerando que fica muita reunião para o mês, porém o Presidente disse que não teria como desmarcar nenhuma reunião em função de já terem sido aprovadas pela plenária. O Conselheiro Weber no uso da palavra faz duas sugestões para serem inseridas no regimento, pois estamos falando de prevenção mas ainda num modelo antigo, quando o problema já está instalado. Sugere inserir a palavra educação no inciso II do artigo décimo, pois precisa ficar explícito a presença das escolas, da educação neste debate, como também inserir a palavra educacionais no inciso XII do artigo quinto, pois a educação precisa encabeçar este movimento também. O Presidente solicita novamente que os/as Conselheiros/as coloquem as sugestões de alteração no grupo de watsApp para facilitar o trabalho e continuando sugere que deliberemos já sobre o tema da Conferência. O Conselheiro Fábio volta na questão do tema da Conferência e se é o momento de votarmos, pois é o Plano Estadual o nosso tema, mas é um Plano que vai vir, que está na SESA para aprovação e que vamos convocar a sociedade para chancelar este Plano, então pergunta se é isto mesmo, se vamos deliberar sobre um plano que vai vir, que ainda não está aprovado institucionalmente. O Presidente confirma que é isto mesmo, e que em março de dois mil e vinte foi aprovado numa reunião que o tema da Conferência seria o nome do Plano. O Conselheiro Renato no uso da palavra esclarece que o Plano foi apresentado em dezembro de dois mil e dezenove, destaca que a ata tinha como único item o Plano Estadual de Políticas sobre Drogas, sendo apresentado por ele e pela Servidora Renata que era Servidora do Núcleo na época. Como numa reunião não foi possível discutir tudo, em fevereiro de dois e vinte terminou a apresentação dos últimos eixos sendo aprovado pelo colegiado. A partir desta aprovação inicial deu-se início aos trâmites dentro das secretarias de governo, conforme determinação do Secretário da SESP, para que cada uma pudesse dar as contribuições para depois encaminhar para o Governo. Dr Renato diz que assim que o Plano retornar da SESA

X que verificará as alterações que estão sendo sugeridas e retornará para o Colegiado, mas propõe que o mesmo não seja encaminhado para o Governo e sim que seja apreciado, avaliado na Conferência, como também aberto para outras contribuições para depois ser encaminhado para o Governador. Continuando, informa que houve inclusive uma consulta pública online do Plano em janeiro de dois mil e vinte, e na reunião do mês de fevereiro de dois mil e vinte foram apresentadas as contribuições de servidores públicos e população somando um total de 115 propostas. O Presidente concorda com a proposta do Conselheiro Renato, inclusive dizendo que o Plano terá muito mais visibilidade e pergunta a todos/as se tem mais alguma sugestão, no que o Conselheiro Renato diz que esta ideia deste encaminhamento surgiu agora, a partir das discussões e colocações do Conselheiro Fábio e acredita que maior participação popular não existe, que vamos levar o que foi construído e estar abertos para mais contribuições. O Conselheiro Fábio com a palavra diz que na perspectiva que o Conselheiro Renato sugeriu que se sente totalmente contemplado. O Presidente então reforça que o tema fica mantido, “Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas: desafios e perspectivas” e põe em votação sendo aprovado por unanimidade de todos/as os/as Conselheiros/as. Dr Renato pede a palavra e mais uma vez reforça que para o andamento da Conferência precisamos estar cientes quanto ao tempo, e espera que na reunião extraordinária consigamos aprovar o Regimento da Conferência pois terá que ser publicado no diário oficial, caso contrário não teremos como dar continuidade em função dos prazos para licitações e outros encaminhamentos. Então na próxima reunião teremos que sair com todas as comissões montadas, quer seja, além da comissão de coordenação, temos a comissão técnica, de apoio administrativo, de cerimonial. O Conselheiro Fábio pede a palavra e informa que a Conselheira Helena foi eleita novamente presidente do COMAD de Maringá, por unanimidade e aclamação. O Presidente coloca sobre a dúvida do Conselheiro Major Costa na área dos Direitos Humanos, que há grupos que hoje estão há muito tempo neste contexto do uso de drogas e temos que ter um diferencial, inclusive existe um estudo de dois mil e vinte que mostrava grupos de vulnerabilidade principalmente a população LGBTQIA+ e o estudo constatou que os grupos em que a população tem mais aversão em primeiro lugar são os ateus e em segundo são os usuários de drogas, diante disto é que optamos por trazer este debate. Pede para todos/as que venham preparados/as para as discussões, com as ideias prontas para facilitar nossa reunião. A Conselheira Helena pede a palavra e coloca que o **sexto** ponto da pauta, relatório das comissões permanentes, acredita que nem uma comissão se reuniu e faz menção também ao projeto de lei do Deputado Goura, se foi finalizado o parecer, como está o andamento disto, pois se não finalizamos as demandas podemos cair no descrédito, por isto quer deixar registrada em ata pois precisamos encaminhar esta questão. O Conselheiro Guilherme reforça a importância da Conferência e que sempre seja o espaço para discutir o Plano, e que temos que partir do fundo, conselho, conferência e plano, seguindo esta ordem para consolidação da política pública e menciona também a importância da criação da Lei Estadual para fortalecer o Conselho e ainda fala da importância de ter proposto no Plano Nacional de Políticas sobre Drogas a

~~X~~ questão da realização da Conferência Nacional. A Conselheira Aline Calefi informa que a Comissão de Estudos e Pesquisas se reuniram na semana passada e deliberaram sobre continuar os estudos sobre o antiproibicionismo. O **sétimo** ponto trata dos informes NEPSD, Dr Renato informa que tinha dois projetos de Brasília para ser implantados no Paraná, que iria apresentar, mas em função do adiantado da hora não será possível e comenta que no dia vinte e dois de fevereiro terá uma reunião sobre o Plano Nacional de Drogas com os representantes dos Estados, que é aquela comissão bipartite e que irá indaga-los sobre a Conferência Nacional. O **oitavo** ponto trata dos informes gerais, o Presidente fala da questão do uso de medicamentos nas CTs que precisa ser regulamentado, mas que ficará para a próxima reunião. O **nono** item da pauta está destinado a palavra dos conselheiros, não tendo nenhuma manifestação e não havendo mais nada a tratar o Presidente agradece a participação de todos e todas e a reunião dá se por encerrada às 12h15min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

LISTA DE PRESENÇA	
PRESENTES	ÓRGÃO REPRESENTANTE
Aline Calefi Lima	FIEP
Aline Pinto Guedes	SESA PR
Carlos Augusto Weber	OAB PR
Danielle Annoni	UFPR férias
Edison Luiz Machado de Camargo	SEJUF
Fábio José Lopes Orsine	CRP PR
Gabriele Luize Pereira	CRF férias
Guilherme de Barros Perini	MPPR
Helena Maria Ramos dos Santos	CRESS PR
José Augusto Soavinski	SESP
Luiz Carlos Hauer	OAB PR
Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa	CRM
Marcelo Mikosz	ACP PR
Maria Cristhina de Souza Rocha	FIEP
Maria Lúcia Gomes	ACP/PR
Renato Bastos Figueiroa	SESP



Rita de Cássia Naumann	DEPEN PR
Ricardo da Costa	PMPR
Simone Carinha Baroni	SEED
CONVIDADOS E OUVINTES	
Valéria Prochmann	CONSEG Centro Cívico
Capitão Goulart	AIFU

Luiz Carlos Hauer
Presidente – CONESD

Helena Maria Ramos dos Santos
Secretária – Executiva